

Apoio



ANO 11 Nº 6
Junho de 2002

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Desaceleração: a marcha do PIB brasileiro

Nos últimos dias de maio, o IBGE divulgou as taxas de crescimento do PIB brasileiro relativas ao primeiro trimestre de 2002. Alguns analistas mostraram surpresa diante da expectativa de que os números pudessem ser ainda piores, principalmente quanto ao desempenho dos primeiros meses de 2002, quando comparado com o do final de 2001. Outros chegaram mesmo a se entusiasmar com o que consideraram o início de uma suave recuperação. Por outro lado, os mais pessimistas discutiram se estávamos vivendo uma recessão, pois as taxas dos últimos dois trimestres foram negativas, quando comparadas com as dos mesmos trimestres dos anos anteriores. Alternativamente, se seguirmos o critério americano para identificar uma recessão, acumularemos dois trimestres consecutivos de taxas negativas, tendo por base o trimestre imediatamente anterior — pela série com ajuste sazonal. Isso não ocorreu em nenhum dos dois últimos trimestres.

Uma medida mais firme — que oscila mais lentamente no tempo — é a que acumula sempre quatro trimestres, constituindo anos móveis e comparando-os com os quatro trimestres imediatamente anteriores. Ela é especialmente útil nesses momentos em que a medida pontual (do trimestre) se presta a interpretações diversas, positivas ou negativas, dependendo do ângulo que se quer privilegiar.

Ao tomarmos, então, as taxas acumuladas em quatro trimestres, o que observamos é uma tendência bem definida de queda das taxas de crescimento do PIB brasileiro desde o início de 2001, quando se esgotou o impulso favorável do período pós-desvalorização cambial. É interessante observarmos que a queda já existia antes mesmo da manifestação da crise energética (segundo trimestre de 2001), mas se acentuou a partir daí, principalmente na indústria e, de forma especial, é claro, nos serviços industriais de utilidade pública (SIUP), segmento produtor de energia elétrica.

A forte queda da indústria a partir do meio do ano passado fez dela o único setor que exhibe taxas acumuladas negativas já desde o último trimestre de 2001, destacando-se o SIUP, com taxa negativa desde o trimestre anterior. No acumulado até os primeiros três meses de 2002, o SIUP já tem um desempenho fortemente negativo, com -9,4%, seguido da construção civil, com -5,8%.

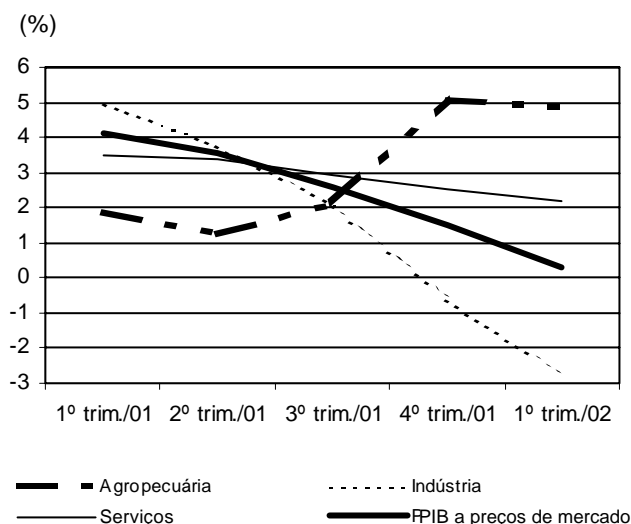
O setor serviços vem fazendo uma queda suave ao longo do período analisado, com destaque negativo para o segmento do comércio, o único do setor que gerou queda de PIB até agora (-1,3% nos primeiros três meses de 2002). Contrariando o fraco

desempenho da economia, o segmento de comunicações cresceu 10,8% no mesmo período, ainda que a tendência seja de desaceleração.

A agropecuária, por sua vez, destoa dos outros setores, pois exhibe crescimento firme desde o segundo trimestre de 2001, chegando mesmo a taxas em torno de 5% nos últimos dois trimestres.

A partir desse início de 2002, tudo indica que o PIB exiba um desempenho um pouco melhor, podendo-se projetar taxa próxima de 2% para o fechamento do ano, até porque a base de comparação passa a ser mais frágil, ao incluir o período do meio do ano passado, de queda da atividade. Contudo permanecem os constrangimentos da política econômica do Plano Real no que se refere à projeção de qualquer taxa mais expressiva de crescimento. A vulnerabilidade externa continua ditando o ritmo da atividade doméstica, seja pelo difícil equacionamento do financiamento externo, seja, como consequência desse aspecto, pela imposição de taxas de juros elevadas, tanto na rolagem da dívida externa quanto da interna.

Taxas de crescimento do PIB brasileiro acumuladas em quatro trimestres — 1º trim./01-1º trim./02



FONTE: IBGE.

Flávio Benevett Fligenspan (FEE/DITEC)

Fraco desempenho da produção industrial gaúcha no primeiro trimestre

No período jan.-mar./02, a produção industrial gaúcha cresceu a uma taxa reduzida (0,4%) em comparação com o primeiro trimestre de 2001. Esse resultado, ainda assim, é melhor do que o observado para a indústria nacional, cuja produção física mostrou uma variação negativa (-2,2%) no período. O fraco desempenho decorreu, basicamente, das taxas negativas registradas no mês de março para a maioria dos gêneros industriais pesquisados pelo IBGE, tanto no Brasil quanto no RS.

No caso do RS, a retração, segundo o IBGE, deve-se, principalmente, ao comportamento desfavorável dos gêneros química e vestuário, calçados e artefatos de tecido. As empresas pertencentes a esses segmentos ainda sentem os reflexos da prolongada crise argentina e da lenta retomada da economia norte-americana. A essas dificuldades soma-se a decisão do COPOM de manter a taxa de juros em um patamar elevado, o que contribui para acenar a tendência de redução da produção industrial.

Dentre os gêneros com crescimento positivo, destacam-se mecânica, material de transporte e fumo, refletindo o bom desempenho da produção de tratores agrícolas, de ônibus e de fumo em folha, estes últimos impulsionados pelas exportações.

Taxas de crescimento da produção industrial geral e de gêneros industriais selecionados no RS — mar./02 e jan.-mar./02 (%)

CLASSE E GÊNEROS	MARÇO	ACUMULADO JAN-MAR
Indústria geral	-1,7	0,4
Química	-16,1	-11,9
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	-10,0	-2,2
Mecânica	6,8	13,5
Material de transporte	13,0	17,9
Fumo	41,6	50,6

FONTE: IBGE.

Maria Lucrecia Calandro (FEE/NEI)

Comportamento das produções de uva e de maçã no Rio Grande do Sul – 2001/02

A produção gaúcha de uva e de maçã tem uma posição de destaque na fruticultura nacional. Em 2000, o Rio Grande do Sul era, de longe, o maior produtor de uvas do País: o volume produzido no Estado representava 52% da produção nacional, sendo o segundo colocado o Estado de São Paulo, com 19%. Na produção de maçã, a primeira colocação ficava para o Estado de Santa Catarina, com 52% do total do País. O RS vinha logo a seguir, com 44%. Juntos, os dois estados eram responsáveis por 96% da produção nacional de maçã.

Estimativas realizadas pelo IBGE para a safra de uva de 2002 no RS apontam uma produção de 567.757 toneladas, o que representa incremento de 14% com relação ao ano anterior. Esse resultado, caso confirmado, supera também o da safra de 2000 (521.110t), que havia estabelecido um recorde para essa cultura no Estado.

Já as maçãs, entre 2001 e 2002, apresentam, segundo a estimativa, crescimento de 15%, com uma produção de 351.353 toneladas. Embora essa cultura tenha superado, neste ano, a produção de 2001, não alcançou o patamar de 427.036 toneladas colhidas em 2000.


Quanto ao comportamento da área colhida desses produtos em 2002, constatam-se praticamente uma estabilidade (redução de 0,4%) no que diz respeito à maçã e um incremento de 5,5% na área de uva.

Estimativas das produções de maçã e de uva no Rio Grande do Sul — 2001/02

ANOS	MAÇÃ		UVA	
	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)
2001	304 447	13 707	498 104	34 682
2002	351 353	13 655	567 757	36 600
Variação %	15,4	-0,4	14,0	5,5


FONTE: IBGE.

Miriam Kuhn (FEE/NEA)




crédito assistido
Apóio Técnico e Crédito para Pequenas Empresas

Você não precisa ser grande para ter crédito e acompanhamento técnico.



Meio por que é nosso



GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL
 Instituto de Participação Popular

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-abr./02

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa ago./94 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (4)	
Dez./92	-0,6	18,1	4,5	124,8	-8,2	99,6	-7,2	...
Dez./93	4,9	18,5	4,4	2 477,7	...	112,9	-9,5	107,6	-1,3	...
Dez./94	5,9	21,3	3,4	916,5	56,4	88,6	-21,5	115,7	0,8	17 265
Dez./95	4,2	19,3	4,4	22,4	38,9	99,8	12,6	127,6	-0,4	20 746
Dez./96	2,7	20,9	3,8	10,1	23,0	98,6	-1,2	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,3	22,1	4,8	5,2	40,9	93,7	-5,4	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,1	20,6	6,3	1,7	39,4	99,1	5,8	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,8	19,0	6,3	8,9	19,0	115,8	16,9	125,4	0,1	45 407
Abr./00	-	-	7,8	6,8	18,5	109,4	-10,1	126,2	-0,1	38 549
Mai./00	-	-	7,8	6,5	18,5	111,3	-8,6	126,7	0,4	38 460
Jun./00	3,1	19,3	7,4	6,5	17,5	110,7	-11,5	126,5	-0,2	37 924
Jul./00	-	-	7,2	7,1	16,5	107,0	-14,5	125,4	-0,9	37 141
Ago./00	-	-	7,1	7,9	16,5	103,7	-20,4	124,9	-0,4	37 855
Set./00	4,3	19,9	6,7	7,8	16,5	104,1	-19,6	124,5	-0,3	38 060
Out./00	-	-	6,8	6,7	16,5	105,5	-20,1	125,3	0,6	39 299
Nov./00	-	-	6,2	6,0	16,5	109,1	-12,0	127,4	1,7	40 006
Dez./00	4,4	19,8	4,8	6,0	15,8	109,6	-5,4	127,0	-0,3	46 304
Jan./01	-	-	5,7	6,0	15,8	111,0	-1,6	100,0	-21,3	46 459
Fev./01	-	-	5,7	6,3	15,8	112,2	1,8	95,9	-4,1	44 300
Mar./01	4,1	21,5	6,5	6,4	16,3	114,4	5,7	97,0	1,1	43 306
Abr./01	-	-	6,5	6,6	16,3	117,9	7,8	97,0	0,0	43 543
Mai./01	-	-	6,9	7,0	16,8	123,0	10,5	97,5	0,5	43 636
Jun./01	3,6	20,7	6,4	7,4	18,3	123,0	11,1	98,2	0,8	43 936
Jul./01	-	-	6,2	7,1	19,0	124,3	16,2	100,2	2,0	45 004
Ago./01	-	-	6,2	6,4	19,0	126,9	22,4	98,8	-1,4	45 010
Set./01	2,6	20,1	6,2	6,5	19,0	134,9	29,6	97,9	-1,0	45 133
Out./01	-	-	6,6	7,2	19,0	133,5	26,5	97,7	-0,2	45 430
Nov./01	-	-	6,4	7,6	19,1	121,8	11,6	110,7	13,3	45 587
Dez./01	1,5	-	5,6	7,7	18,8	113,0	3,1	139,1	25,7	52 846
Jan./02	-	-	6,8	7,6	-	109,5	-1,4	106,7	-23,3	52 298
Fev./02	-	-	7,0	7,5	18,5	-	-	102,3	-4,1	50 056
Mar./02	-	-	7,1	7,7	18,5	-	-	102,6	0,3	49 371
Abr./02	-	-	7,6	8,0	18,5	-	-	-	-	48 598

(continua)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-abr./02

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 1991 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (7)	Produtividade física da indústria (8)		Exportações (1)	Importações (1)	Transações correntes (6)	Investimentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos		
Dez./92	89,52	-3,7	-	(9) 69,0	13,4	-2,3	1,57	23 754	...
Dez./93	97,13	7,5	-	(9) 72,0	8,1	25,1	-0,14	32 211	...
Dez./94	-5,09	28,5	114,32	7,6	-	(9) 77,0	12,3	28,7	-0,31	38 806	...
Dez./95	-0,35	29,9	100,71	1,8	-	(9) 83,0	6,8	51,1	-2,55	51 840	...
Dez./96	0,09	33,3	108,88	1,7	-	(9) 79,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	105,37	3,9	-	(9) 81,0	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	102,90	-2,0	-	-	-3,5	-6,2	-4,34	3,37	0,97	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	111,73	-0,7	-	-	-6,1	-14,9	-4,80	5,40	-0,60	36 342	241 468
Abr./00	-3,52	47,5	115,43	6,8	-	83,1	4,3	-5,4	-4,44	4,91	-0,47	28 721	230 069
Mai/00	-3,83	47,4	126,85	6,7	-	-	6,2	-2,7	-4,40	4,92	-0,52	28 570	231 346
Jun./00	-3,59	46,5	128,05	6,8	-	-	8,6	-1,7	-4,27	5,12	-0,85	28 265	232 288
Jul./00	-3,18	49,5	130,37	6,9	-	82,8	12,5	2,5	-4,18	5,30	-1,12	29 214	232 812
Ago./00	-3,53	48,6	136,29	7,0	-	-	14,5	4,7	-4,05	5,21	-1,16	31 385	232 440
Set./00	-3,33	48,5	129,23	6,6	-	-	16,5	8,6	-4,06	5,00	-0,94	31 431	232 387
Out./00	-3,25	49,0	136,32	6,7	-	84,1	16,5	11,3	-4,19	4,95	-0,76	30 393	231 575
Nov./00	-3,63	49,7	130,62	6,6	-	-	16,5	12,7	-4,19	5,57	-1,38	32 533	231 526
Dez./00	-3,56	49,3	120,29	6,6	-	-	14,7	13,8	-4,15	5,52	-1,37	33 011	236 157
Jan./01	-3,62	48,9	119,05	7,2	0,2	82,1	15,8	17,3	-4,42	5,33	-0,91	35 598	238 298
Fev./01	-3,54	49,6	114,90	6,2	-1,3	-	13,7	14,8	-4,57	5,27	-0,70	35 413	238 230
Mar./01	-3,53	50,2	130,35	6,5	9,1	-	13,6	15,4	-4,74	5,30	-0,56	34 407	220 560
Abr./01	-3,90	50,4	122,50	6,7	-5,9	83,9	13,6	15,9	-4,68	5,48	-0,80	34 653	...
Mai/01	-3,79	51,9	132,89	6,6	6,9	-	12,7	15,9	-4,84	5,62	-0,78	35 459	...
Jun./01	-3,91	51,3	126,74	5,8	-2,5	-	11,9	15,9	-4,85	5,29	-0,43	37 318	224 025
Jul./01	-4,05	52,8	132,26	5,3	3,5	80,9	9,9	13,9	-5,06	4,88	0,17	35 552	224 411
Ago./01	-3,78	54,0	136,10	4,6	2,6	-	7,8	11,2	-5,07	4,76	0,31	36 299	226 818
Set./01	-3,80	54,8	127,27	4,1	-5,4	-	6,8	8,0	-5,02	4,82	0,19	40 054	232 442
Out./01	-3,95	54,4	132,09	3,2	2,2	79,9	6,8	5,8	-4,89	4,74	0,14	37 492	230 000
Nov./01	-3,68	53,1	128,28	2,6	-1,7	-	6,0	5,0	-4,77	4,12	0,65	37 234	228 603
Dez./01	-3,67	53,3	112,39	1,5	-10,7	-	5,5	1,6	-4,61	4,50	0,12	35 866	226 036
Jan./02	-3,64	55,1	117,60	0,5	6,6	79,5	2,4	-3,1	-4,37	4,41	-0,04	36 167	225 582
Fev./02	-3,61	54,7	113,42	0,3	-1,4	-	1,8	-4,1	-4,22	4,36	-0,15	35 906	225 348
Mar./02	-3,32	54,5	125,40	-0,7	6,6	-	-1,1	-8,8	-3,88	4,40	-0,52	36 721	-
Abr./02	-3,36	54,5	-	-	-	79,1	-2,0	-9,8	-3,79	4,37	-0,58	33 008	-

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos sete dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mês anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: EUA, Canadá, Japão, ALADI (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México) e Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda e Suíça). (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual da média dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (8) Variação percentual em relação ao mês anterior. (9) Refere-se ao mês seguinte.

Carta de Conjuntura - Ano 11 nº 6

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jan./00-jun./02

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA (2)			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (5)	Mês (6)	Acumulado no Ano (7)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (8)	CUB (9)
Jan./00	-	119,56	114,69	114,69	249,9	96,8	86,6	477,4	108,69	486,17
Fev./00	-	130,92	118,79	116,79	216,2	97,9	48,9	413,0	109,12	491,65
Mar./00	-	157,01	109,30	113,79	219,5	99,3	42,4	409,2	109,51	493,24
Abr./00	-	146,31	103,07	110,75	239,6	103,6	43,2	437,3	109,71	499,53
Mai/00	-	158,38	112,46	111,12	205,1	93,9	46,6	399,4	109,93	491,85
Jun./00	-	152,98	106,80	110,33	243,1	95,3	50,6	448,3	109,97	491,02
Jul./00	-	153,48	109,18	110,16	237,4	98,5	52,3	446,5	111,83	504,90
Ago./00	-	157,72	113,16	110,55	239,2	101,7	55,3	456,0	113,84	509,16
Set./00	-	139,85	103,53	109,76	270,7	103,3	53,8	493,3	114,02	510,35
Out./00	-	151,27	106,96	109,47	289,6	68,4	49,3	475,7	114,51	519,58
Nov./00	-	147,95	107,69	109,30	319,6	72,9	48,2	508,4	115,11	518,65
Dez./00	4,1	128,62	101,38	108,67	307,1	75,2	47,0	497,3	115,39	519,24
Jan./01	-	129,12	107,99	107,99	336,7	70,1	99,4	571,2	117,19	520,81
Fev./01	-	127,40	97,31	102,41	298,7	72,4	59,1	497,4	117,05	521,22
Mar./01	-	156,20	99,49	101,28	261,5	66,5	49,1	453,0	117,60	520,63
Abr./01	-	152,35	104,13	102,03	336,2	81,1	60,2	553,2	118,72	524,37
Mai/01	-	154,93	97,82	101,10	311,6	69,2	48,9	518,6	118,85	528,28
Jun./01	-	147,67	96,53	100,29	303,6	64,9	61,0	505,4	119,42	532,23
Jul./01	-	151,21	98,52	100,02	291,6	111,8	64,1	547,3	120,39	545,90
Ago./01	-	156,40	99,16	99,91	263,7	104,1	61,8	510,2	120,88	553,17
Set./01	-	134,30	96,03	99,50	310,0	112,7	62,3	566,8	120,67	557,48
Out./01	-	149,46	98,81	99,42	309,2	107,0	53,2	547,1	122,17	561,36
Nov./01	-	142,60	96,38	99,15	291,4	116,1	56,8	464,2	123,37	565,12
Dez./01	3,5	125,80	97,80	99,05	361,3	143,3	77,9	582,6	125,16	572,59
Jan./02	-	130,04	100,72	100,72	244,8	102,1	84,8	431,6	126,11	576,45
Fev./02	-	130,74	102,64	101,67	282,5	155,3	59,1	496,9	126,20	577,21
Mar./02	-	153,59	98,33	100,41	245,8	108,3	49,7	403,7	127,22	576,94
Abr./02	-	-	-	-	310,3	138,6	64,1	513,0	128,28	577,39
Mai/02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	577,12
Jun./02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jan./00-jun./02

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (3)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (4) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (US\$)	VARIÇÃO MENSAL DO NÚMERO DE INFORMAÇÕES DO SPC (%)	
		Taxa de Desemprego		Ocupados (10)	Assalariados (11)	Industrial	Total		Registro	Cancelamento
		Aberto	Total							
Jan./00	6 367	10,3	16,7	744	729	504 010	1 662 231	339 539	-23,4	-33,7
Fev./00	7 374	10,2	16,8	736	717	590 670	1 721 907	351 781	3,9	7,5
Mar./00	12 922	10,8	17,7	731	731	595 849	1 698 334	415 601	33,9	7,9
Abr./00	14 283	11,4	18,8	745	743	616 814	1 640 732	467 414	-10,5	10,2
Mai/00	2 625	11,5	18,4	762	756	651 664	1 623 447	472 396	20,8	10,1
Jun./00	639	11,3	17,8	773	760	635 844	1 578 796	573 501	-16,7	0,9
Jul./00	-475	11,2	16,8	782	756	638 838	1 602 501	604 322	2,0	-0,7
Ago./00	87	11,0	16,5	772	759	643 196	1 604 892	630 930	17,6	1,7
Set./00	6 440	10,6	16,2	758	749	632 876	1 583 907	498 411	-16,7	-4,4
Out./00	6 173	10,0	16,3	747	747	624 813	1 558 757	486 019	63,1	-13,6
Nov./00	8 689	9,6	15,9	742	737	623 480	1 580 276	487 985	-45,2	-1,2
Dez./00	-11 632	9,3	15,0	746	736	609 475	1 630 893	452 039	24,4	35,7
Jan./01	6 019	9,1	14,4	740	741	525 439	1 682 432	414 295	-27,9	-31,5
Fev./01	3 426	9,3	14,7	744	753	602 228	1 739 468	400 950	-17,6	-16,7
Mar./01	10 016	9,6	15,4	728	748	615 360	1 803 647	520 790	74,2	33,9
Abr./01	15 810	10,2	15,6	735	752	643 148	1 756 774	489 574	-2,2	-1,0
Mai/01	-5 421	10,2	15,4	723	728	618 173	1 602 540	638 054	-6,3	15,5
Jun./01	-1 372	10,0	15,0	726	726	653 234	1 579 597	632 236	-20,0	-11,7
Jul./01	-3 176	9,6	14,6	714	714	631 391	1 516 081	658 093	15,9	13,1
Ago./01	6 854	9,6	14,3	717	717	628 535	1 533 749	673 810	-10,8	-14,3
Set./01	7 532	9,8	14,5	732	739	607 149	1 510 227	569 020	-20,2	-20,7
Out./01	10 869	10,2	15,3	733	745	598 559	1 480 961	494 824	19,2	17,4
Nov./01	10 730	9,7	15,1	736	748	480 254	1 565 278	384 873	64,4	11,9
Dez./01	-10 978	9,2	14,8	721	725	586 626	1 570 998	468 839	-24,7	21,5
Jan./02	10 652	8,9	14,5	702	699	784 376	1 588 496	370 754	95,4	-25,4
Fev./02	6 150	9,2	15,0	704	707	593 381	1 717 735	372 940	-56,4	-17,7
Mar./02	9 401	9,9	15,8	710	722	588 580	1 694 484	401 451	216,4	16,0
Abr./02	-	10,4	15,7	-	-	625 105	1 701 398	455 825	-10,3	18,5
Mai/02	-	-	-	-	-	646 439	1 642 984	-	-	-
Jun./02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. SPC. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Pesquisa Industrial Mensal. (3) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de maio/01. (4) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (5) Base: média de 1991 = 100. (6) Base: igual mês do ano anterior = 100. (7) Base: igual período do ano anterior = 100. (8) Base: abr./98 = 100. (9) Em R\$. (10) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (11) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

RS volta a ocupar o terceiro lugar

No primeiro quadrimestre de 2002, o valor das exportações brasileiras apresentou redução, comportamento observado em todos os principais estados brasileiros, exceto em Santa Catarina. Depois de ocupar o segundo lugar nas exportações brasileiras ao final de 2001, este ano o Rio Grande do Sul voltou à sua posição histórica de terceiro colocado no *ranking* dos estados exportadores. A melhor classificação do Estado no ano passado decorreu de fatores conjunturais que afetaram Minas Gerais no segundo semestre daquele ano, dentre eles, o já extinto racionamento de energia elétrica.

O fraco desempenho das exportações brasileiras em 2002 é, em grande parte, reflexo da crise argentina. Sem exceção, todas as unidades da Federação registraram queda profunda em suas vendas para esse país. Em 2001, o RS ocupou a segunda posição entre os cinco principais estados exportadores. A maior queda de vendas para a Argentina ocorreu no Paraná, com decréscimo de 77%, seguido do RS, com 76,61%. Minas Gerais teve queda de 74,64%; Santa Catarina, de 69,27%; e São Paulo, de 68,19%.

A retração do mercado argentino foi compensada, em parte, pela expansão de novos mercados. Grande exportador de produtos básicos para Europa e Ásia, Minas Gerais só não teve pior desempenho em suas vendas externas devido ao crescimento de suas exportações para a China. Já para o RS, o mercado chinês não teve o mesmo efeito expansivo. Nesse caso, o aumento deveu-se ao melhor desempenho das vendas para África do Sul, Irã, Japão e França. À exceção do Chile e da Venezuela, toda a América Latina registrou taxas negativas de variação para suas compras do RS.

Exportações brasileiras por unidades da Federação — jan.-abr./01 e jan.-abr./02

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	VALOR (US\$ 1 000 FOB)		
	2001	2002	Δ%
São Paulo	6 425 985	5 669 127	-11,78
Minas Gerais	2 092 113	1 819 196	-13,05
Rio Grande do Sul	1 825 609	1 600 971	-12,30
Paraná	1 510 335	1 265 476	-16,21
Santa Catarina	959 051	979 543	2,14
Subtotal	12 813 093	11 334 313	-11,54
Outros	5 705 033	5 197 677	-8,89
TOTAL	18 518 126	16 531 990	-10,73

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PARTICIPAÇÃO %	
	2001	2002
São Paulo	34,70	34,29
Minas Gerais	11,30	11,00
Rio Grande do Sul	9,86	9,68
Paraná	8,16	7,65
Santa Catarina	5,18	5,93
Subtotal	69,19	68,56
Outros	30,81	31,44
TOTAL	100,00	100,00

FONTE: MDIC.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

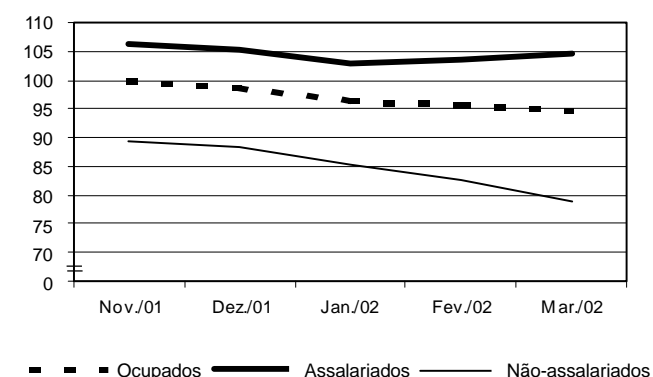
Queda na massa dos rendimentos, na RMPA

Ao longo dos anos 90, verificou-se expressiva mudança na composição da ocupação na Região Metropolitana de Porto Alegre, pois houve importante redução da participação dos assalariados no conjunto dos ocupados. A participação do contingente dos assalariados no total dos ocupados, que era de 68,7% em 1993, declinou para 63,5% em 2000. Esse comportamento é explicado pelo crescimento do nível ocupacional dos não-assalariados (autônomo, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar), que cresceu 29,4% contra 2,5% dos assalariados nesse mesmo período. Movimento semelhante também se observa na massa de rendimento do trabalho. Nesse mesmo período, a participação da massa de salários sobre o total da massa dos rendimentos caiu de 70,1% para 62,5%.

Contudo, a partir de 2001, há uma inversão, tendo a massa de salários aumentado a sua participação em virtude de uma tendência de queda da massa de rendimento dos não-assalariados. Esse movimento se intensificou mais a partir de dezembro de 2001, quando a massa de rendimentos total passou a apresentar quedas sucessivas. De dez./01 a mar./02, a massa de rendimento dos ocupados acumulou uma perda de 5,1%, movimento determinado, principalmente, pela retração (-3,7%) dos rendimentos médios, ainda que também tenha ocorrido a eliminação de postos de trabalho (-1,4%). Tanto a queda da ocupação quanto a do rendimento concentrou-

-se nos não-assalariados, que tiveram o seu nível ocupacional reduzido em 7,5% entre novembro de 2001 e março de 2002 e perderam 4,5% do seu rendimento médio real no mesmo período.

Índice da massa de rendimento do total dos ocupados, dos assalariados e dos não-assalariados na RMPA — nov./01-mar./02



FONTE: PED - RMPA.

NOTA: Base: média de 2000 = 100.

André Luiz Leite Chaves (FEE/PED)

Mesmo acima da meta, inflação desacelera

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de abril fechou em 0,80%, acumulando uma inflação de 2,30% nos primeiros quatro meses do ano. Nesse mês, os preços administrados da gasolina e do gás participaram com 0,48% para a taxa alcançada. Assim como no mês anterior, quando o núcleo da inflação calculado pelo método das médias aparadas registrou um incremento de 0,58%, em abril o comportamento desse indicador se manteve em 0,57%. Isso demonstra que o núcleo da inflação se manteve elevado.

O mês de maio chegou ao final com o IPCA-15 — índice que converge com o IPCA, mas é medido do meio de um mês ao meio do mês seguinte — registrando um incremento de 0,42%, o que corresponde à expectativa de mercado de variação mensal de 0,41%. Responsável pelo maior impacto sobre o valor total obtido, a gasolina contribuiu com 0,15% na formação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

Instrumento utilizado pelo Bacen para o monitoramento do sistema de metas, o IPCA acumulou 7,98% nos últimos 12 meses e chegou a um ponto-limite. Isto porque os valores realizados até o corrente mês estão além daqueles esperados quando do início do corrente exercício.

Efetivamente, no início do corrente ano, as autoridades monetárias trabalhavam com a meta de 3,5% para o IPCA de 2002, implicando um limite superior de 5,5%. Todavia o valor acumulado nos últimos 12 meses alcançava uma taxa próxima a 8% em abril. A presença dessa diferença entre os valores esperados e realizados para o índice de inflação já ocorrera no exercício de 2001, ocasião em que a diferença alcançou cerca de dois pontos percentuais — acima do limite superior.

Para 2003, o Conselho Monetário Nacional trabalha com a hipótese de IPCA de 3,25% contra a estimativa do FMI de 3,9%. Neste final de junho, o País deverá fazer uma opção importantíssima, ao fixar a meta da inflação para o exercício de 2004. Dadas as condições atuais de aumento do Risco-País, de manutenção da taxa de juros em patamar elevado, de proximidade de uma suces-

são presidencial e de um ambiente externo incerto, fica a dúvida sobre se as autoridades monetárias sinalizarão uma inflação ainda menor para 2004.

Quanto à comparação da inflação brasileira com o comportamento dos preços nos países desenvolvidos, vale lembrar as previsões para o biênio 2002-03, constantes do Panorama Econômico Mundial, publicado pelo FMI, em sua versão de abril. No âmbito dos países do G-7, a previsão de inflação mais elevada alcança 2,5% ao ano e refere-se ao Reino Unido em 2003. Isso significa que os valores da inflação brasileira para o corrente ano, embora reduzidos para a memória nacional, estão muito acima dos padrões vigentes no Primeiro Mundo.

Taxas de variação percentual do IPCA, mensal e acumulada — nov./01-abr./02

MESES	MENSAL	ACUMULADA
Nov./01	0,71	7,61
Dez./01	0,65	7,73
Jan./02	0,52	7,62
Fev./02	0,36	7,51
Mar./02	0,60	7,75
Abr./02	0,80	7,98

FONTE: IBGE.

Antônio Carlos Fraquelli (FEE/NEESF)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 07.06.02).

ISSN 1517-7254

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 2.400 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
 Siegfried Emanuel Heuser
 Presidente: José Antonio Fialho Alonso
 Diretor Técnico: Flávio B. Fligenspan
 Diretor Administrativo: Celso Anversa

Conselho Editorial da Carta: Flávio B. Fligenspan,
 Guilherme Xavier Sobrinho, Jorge da Silva Accurso e
 Roberto da Silva Wiltgen.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
 Rua Duque de Caxias, 1691 Porto Alegre - CEP 90010-283
 E-mail conjuntura@fee.tche.br
 www.fee.tche.br

EDITORIAÇÃO

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Sidônia Therezinha Hahn Calvete. Revisoras: Elisabeth Kurtz Marques, Rosa Maria Gomes da Fonseca e Roselane Vial.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirel Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal, Jairo dos Santos Raymundo e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.